

# Maria Quitéria

*Boletim do Movimento Feminino pela Anistia Ano I Nº 1*

## POR QUE A NOSSA LUTA EM FAVOR DA ANISTIA?

Toda a história do Movimento Feminino pela Anistia está num relatório que publicamos na página 3.

Na página 2, estão os políticos e outras autoridades, entre as quais o arcebispo de São Paulo, cardeal Arns, que fizeram pronunciamentos em favor da anistia aos que



foram punidos por atos de exceção Nosso editorial, em que explicamos as razões

dessa luta e por que demos a este boletim o nome de Maria Quitéria, está na página 2.

As adesões

ao movimento na página 12. E nas páginas 8 e 9 nossos colaboradores Alceu

Amoroso Lima e

Barbosa Lima Sobrinho



## A NOSSA CAUSA E O SEU SÍMBOLO



**Não somos feministas. Somos, sim, pela ampla participação da mulher na vida econômica, social e política do país.**

**Em determinado momento, sentimos que era obrigação de todo cidadão brasileiro, que trabalha e produz, levantar uma das mais nobres bandeiras de luta: a Anistia a todos os presos políticos, banidos e privados dos seus direitos, ou que foram punidos pela Lei de Segurança Nacional ou pelos atos de exceção editados a partir de 1964.**

**Decidimos que, inicialmente, as mulheres deveriam conduzir essa bandeira, não apenas por ter sido 1975 o seu Ano Internacional, proposto pela Organização das Nações Unidas, mas também porque, historicamente, sempre foram discriminadas por uma legislação que, de forma mais sutil, praticamente alijou-as de uma participação política mais efetiva.**

**Como sabemos, hoje são milhares as casas de brasileiros que sofrem a ausência de um dos seus membros, atingidos por punições. Muitos tiveram que sair do país para ganhar a vida, uma vez que lhes foi proibido trabalhar e estudar aqui. E todas as famílias que se encontram nessa situação têm apenas uma esperança: a Anistia.**

**Não nos consideramos donas dessa bandeira. Na verdade, ela não tem donos.**

**A nossa contribuição para essa luta constituiu-se da coleta de assinaturas (milhares de assinaturas, que encaminhamos ao presidente da República), da promoção de palestras, de entrevistas aos jornais e, por fim, da criação de núcleos do MPFA em diversos Estados. Pretendemos, dessa maneira, levar a nossa mensagem não apenas ao homens e mulheres deste país, como também a toda a opinião pública internacional.**

**Sabemos que não nos cabe organizar um grande movimento de Anistia. Este surgirá na medida em que órgãos de classe, sindicatos, associações de bairro, organizações estudantis etc. assumam efetivamente esta luta. Entendemos que toda a legislação discriminatória existente no país é uma ameaça permanente, impedindo que as diversas camadas da população defendam os seus direitos.**

**A nós, no momento, cabe manter a chama acesa, divulgando e explicando o que é Anistia, por quê Anistia, até que ela se torne realidade.**

**Este é o nosso boletim, no qual prestamos conta do trabalho realizado até o momento. Por que lhe demos o nome de Maria Quitéria? Por ser ela uma mulher que dedicou sua vida à liberdade. Em 1823, em seu uniforme de soldado, lutou lado a lado com os homens do exército de libertação pela Independência do Brasil.**

**Mulher guerreira, Maria Quitéria iluminará com sua coragem este movimento feminino que tem por arma apenas a força de sua esperança.**

### Maria Quitéria

Diretor responsável:  
Nico de Deus Fessoc.  
Editores contribuintes:

Therezinha Godoy Zerbine,  
Margarida Naves Fernandes,  
Rosa Maria Blanco Mendes.  
Arte e Diagramação:  
Rui Douglas Cattai  
Colaboradores:  
Alceu Amoroso Lima,

Barbosa Lima Sobrinho.  
Esta publicação é propriedade  
do Movimento Feminino  
pela Anistia.  
Endereço (redação):  
rua Caio Prado, 102,  
São Paulo.

Composto e impresso nas  
oficinas da PAT -  
Publicações e Assistência  
Técnica Ltda.  
Rua Dr. Virgílio de Carvalho  
Pinto, 412 - Fone: 853-7461  
São Paulo.



Do jornal **Brasil Mulher** (trechos de uma carta enviada pelo vídeo gaúcho do movimento a um jornalista de Porto Alegre):

"Por caminhos tortuosos e obscuros C.M. Assis, em seus princípios anti-democráticos, tenta, em sua coluna, difamar homens como D. Paulo Evaristo Arns, o clero, políticos e o povo brasileiro argumentando, entre outras coisas, que "Anistia é para que Francisco Julião volte ao Brasil, para reorganizar os agricultores sem terra, que invadiam fazendas, que destruíam a produção agrícola do Rio Grande em passado não muito remoto, coisas que ele teme como quem teme a própria História do Brasil.

Mas como a História não é feita de homens apenas como C.M. Assis, as mulheres da Comissão Gaúcha do Movimento Feminino pela Anistia, prontamente responderam ao "grande pensador" em carta aberta publicada pelo mesmo jornal no dia 8 de outubro, onde ressaltam o apelo do Cardeal Arcebispo de São Paulo - Dom Evaristo Arns de uma "anistia ampla e generosa para os presos políticos de nossa terra como uma atitude de justiça e exatidão, atitude de dois verdadeiros cristãos de todos os tempos, atitude que converte, arrebatada, comove, ilumina.

"A luta pela Anistia - sr. C.M. Assis - não é de guerra, é de paz; não é de desordem, é de ordem; não é de violência, é de persuasão; não é de ódio é de amor - de amor ao direito, à paz, à grandeza de nosso país, à felicidade de nosso povo".

Os deputados federais Fernando Coelho (MDB-PE), Jorge Uequed (MDB-RS) e Alcides Franciscato figuram entre os que se integram na campanha por anistia. O emedebista de Pernambuco, por exemplo, lembrou, em almoço no Clube dos Repórteres Políticos do Recife, em março do ano passado, que "a anistia é uma tradição em nossa História política, como fator de pacificação nacional".

O deputado Jorge Uequed conseguiu arrancar aplausos de um plenário quase vazio. Ele fez um discurso entusiasmado, acompanhado de socos na tribuna, propondo uma anistia ampla e total, para restabelecer a tranquilidade da vida do país. Disse o deputado: "Antes da distensão política, antes da reabertura democrática, antes mesmo de ser a legislação de exceção revogada, é preciso que o governo mostre ao país e aos brasileiros sua grandeza".

O jornal **O Estado de S. Paulo**, em editorial do dia 3 de junho de 1975:

"A Volta do Estado de Direito implica subordinar a questão da subversão à própria lei. O império da lei tem que visar a correção das injustiças, é certo, mas tem que determinar com clareza o que significa violar a legislação. A anistia política deve enquadrar-se nessa perspectiva de observância do consenso em torno de leis democráticas".

Em entrevista à revista **Status**, pouco antes de morrer, o ex-presidente Juscelino Kubitschek afirmou que anistia, na sua opinião, não significava "simplesmente perdoar mas, sim, esquecer. Esquecer para sempre".

A entrevista foi concedida ao repórter Kleber de Almeida.

No ano passado, em sua mensagem de Natal, o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, lamentou que o Congresso Nacional não tivesse ainda promulgado, com a sanção do presidente da República, "uma lei federal concedendo anistia ampla e total aos que foram presos por causa de suas idéias". O cardeal declarou que a anistia é um gesto de profunda sabedoria política. "Cresce a autoridade moral dos governos que a proclamam", acrescentou ele.

Em agosto de 1975, uma comissão do Movimento Feminino pela Anistia esteve em Brasília. Na sua visita ao Senado, foi recebida por Franco Montoro, do MDB, que pronunciou rápido discurso:

- No exercício da liderança do MDB, recebemos de uma comissão de senhoras um apelo dirigido às autoridades do País, em favor da anistia aos que foram atingidos por atos de exceção. São doze mil assinaturas de brasileiras, de diferentes regiões, que apelam em favor dessa medida destinada, expressamente, a fortalecer a união e desarmar os espíritos. Na forma do pedido que nos foi formulado, estamos encaminhando o documento ao sr. Ministro da Justiça, para o exame do assunto e a adoção das medidas que forem de sua competência. E, como é de nosso dever, trazemos ao conhecimento do Senado o apelo recebido e as providências tomadas. O respeito aos direitos de todos os homens, assim como o trabalho pela concórdia, a aproximação e a paz da família brasileira, constituem compromisso de todos os democratas e exigência fundamental de bem comum".

## HISTÓRICO

# A HISTÓRIA DO MFPA



O ano de 1975, foi o Ano Internacional da Mulher. Em março deste ano um grupo de mulheres brasileiras, resolveu se organizar em um movimento em prol da Anistia e da pacificação da família brasileira, movimento este, que recebeu o nome de Movimento Feminino pela Anistia.

Norteadas que estavam pelos princípios propostos pela Conferência do Ano Internacional da Mulher, promovido pela Organização das Nações Unidas, a saber: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, e imbuidas do espírito de Reconciliação nacional ou seja, a concessão da Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção. Concretizaram estas mulheres a formação do Movimento à 15 de maio, conforme ata do Livro de Atas e Assembléias do MFPA.

Nascido em São Paulo, o Movimento sempre teve vocação Nacional, por esta razão, outros núcleos foram formados em diversas capitais brasileiras com a ajuda de mulheres que se identificaram com os princípios e fins propostos pelo MFPA.

A seguir enumeramos as realizações do MFPA no seu primeiro ano de vida:

### ABRIL:

13 de abril - Lançamento do Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia. Este documento foi elaborado por: Dra. Aldenora de Sá Porto, advogada; Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbine, Acadêmica de Direito; Margarida Pereira Naves Fernandes, Pedagoga; Neusa Cunha Mello Franco, Socióloga; Dra. Therezinha Godoy Zerbine, Advogada; Virginia Lemos Vasconcelos, Acadêmica de Direito. Nesta oportunidade, foi feita a distribuição dos Manifestos visando o colhimento de assinaturas que seriam apostas abaixo do Manifesto.

Na primeira etapa de nosso trabalho ou seja, de abril a agosto, conseguimos 12.000 assinaturas que deram ensejo para que nós elaborássemos um documento que foi entregue as lideranças do Senado, Câmara e a Presidência da República.

Pedíamos Anistia visando a Pacificação Nacional. Nosso trabalho prosegue, e hoje, estamos com 15.000 assinaturas e outras milhares que estão sendo colhidas em todo território nacional.

**MAIO:**

15 de maio – Formação de uma Comissão Provisória que daria andamento ao MFPA e se responsabilizaria pelos trabalhos do Movimento e o representaria publicamente. A Comissão Provisória, composta de seis elementos, que ficaram responsáveis pelo Manifesto da Mulher Brasileira em favor da Anistia, assim ficou constituída: Lila Galvão de Figueiredo, Madre Cristina Sodrê Dória, Margarida Neves Fernandes, Therezinha Godoy Zerbine, Virginia Lemos Vasconcelos e Yara Peres Santestevan.

30 de maio – Publicação de uma reportagem sobre o Movimento Feminino pela Anistia, com chamada de capa "Campanha – As mulheres pela Anistia" no semanário Opinião de 30 de maio de 1975. Esta publicação veio nos dar condições de atuação pública. Esta reportagem foi realizada pela jornalista Mirian Ibanez, que sensibilizada pelos ideais da campanha passou a ser sua integrante.

**JUNHO:**

23 de junho – Discurso proferido pela Dra. Therezinha Godoy Zerbine, integrante da Comissão Provisória do MFPA, na Tribuna Livre da Conferência do Ano Internacional da Mulher, realizada na cidade do México.

24 de junho – Aprovação da recomendação feita pela representante do MFPA e a inserção da mesma recomendação ou seja, o Ponto nº 15 – Anistia, documento este, das "Mulheres Latino Americanas" Reunidas no salão nº 3, debateram as realidades latino americanas, e este documento visava ser incluído como emenda no Plano de Ação Mundial, o que não foi conseguido. Porém, uma tentativa válida e proveitosa. Aprovada a recomendação para mulheres Americanas, grupos de Paz, o grupo que se intitulava "Womens of World". O segundo ponto é Anistia, que hoje se faz uma necessidade nos U.S.A. No decurso deste mês de Junho, foi fortalecido os núcleos do Rio, Belo Horizonte e Minas Gerais. Em Junho é levado para Londrina o Movimento da Anistia. É levado para lá, pela jornalista Liane Mudenberg, que trabalhava no Jornal Panorama. Ela foi atingida por uma lista nossa e veio a São Paulo constatar e saber das origens e qual era a orientação. Era o Estado do Paraná que entrava com sua contribuição.

**JULHO:**

10 de julho – Entrevista coletiva da Representante do MFPA, Dra. Therezinha Godoy Zerbine, concedida a Imprensa de Porto Alegre, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

11 de julho – Conferência realizada na Câmara Municipal de Porto Alegre cujo tema foi "A problemática da Mulher Brasileira". Esta conferência foi organizada pelo núcleo do Rio Grande do Sul.

12 de julho – Publicação sucinta da conferência do dia anterior no Jornal do Comércio de Porto Alegre. No mesmo dia foi feita intervenção no Programa de Televisão "Porto Visão". A Dra. Therezinha Godoy Zerbine, falou sobre o Ano Internacional da Mulher e da posição do Movimento Pedindo Anistia.

18 de julho – Participação no Programa de Televisão na Cidade de São Paulo, Canal 13, Televisão Bandeirantes, Programa "Revista Feminina". Foi feito o mesmo pronunciamento sobre o Ano Internacional da Mulher e o pedido de Anistia. Neste mesmo dia, publicação no Semanário "Opinião", com o título de "Zerbine e a Anistia". Faz menção a conferência de Porto Alegre.

31 de julho – Enviamos carta ao Exmo. Sr. Presidente da República, cientificando-o de todo o trabalho do MFPA e, solicitando que ele nos recebesse, para que pudessemos ter um diálogo com o Presidente de todos os brasileiros.

**AGOSTO:**

4 de agosto – Participação do MFPA, na série de conferências pela Comemoração dos Cursos Jurídicos no Brasil. A primeira da série foi realizada na sede da Ordem dos Advogados do Brasil e o conferencista foi o Senador Jarbas Passarinho da Arena, Num tópico do seu discurso, ele fala em Concórdia. Aproveitamos a oportunidade e fizemos nossa colocação. Que no Direito, havia o Instituto da Anistia o que ele visava a "Concórdia, a Paz e a União"; e queríamos saber a sua opinião sobre o assunto. Depois de algumas tangiverações, S. Excia. acabou se declarando um Democrata e que se dependesse dele, ele a assinaria ali, naquela hora. Soube por nós, de nossa ida à Brasília a fim de entregarmos o documento às lideranças do Senado, Câmara e Presidência da República, e se prontificou a nos ajudar, como de fato o fez.

8 de agosto – Recebimento de Telegrama enviado a S. Excia o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acusando o recebimento de nossa carta datada de 31 de Julho. Convidando-nos a fazermos exposição diretamente a ele para a referida apreciação. Respondemos de imediato por Telex. Pedíamos que ele nos recebesse.

9 de agosto – Missa pela Anistia. Celebrada na Igreja de São Francisco – Largo de São Francisco, igreja esta, escolhida por ser pegada a mais antiga Escola de Direito do País. Esta missa foi organizada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito e em conjunto com a Comissão de Justiça e Paz, da Cúria Metropolitana de São Paulo.

12 de agosto – Chegada a Brasília do MFPA. Nesta tarde, constatamos Senadores: Jarbas Passarinho da Arena, Roberto Saturnino do MDB, Leite Chaves do MDB, visando a entrega do documento por nós elaborado.

13 de agosto – Entrega do documento por nós elaborado às lideranças do Senado e Câmara. Nosso documento fazia um apelo a classe política para que a Anistia, fosse para eles um imperativo de consciência. Entregamos cópia a Imprensa, que publicou na Integra. Publicação do dia 14.

14 de agosto – Fomos recebidas pelo sub-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dr. Alberto Costa a quem fizemos a entrega do documento.

Nosso documento foi lido da Tribuna do Senado pelo líder do Movimento Democrático Brasileiro e foi complementado por S. Excia. Senador Franco Montoro: "Lutar pela Anistia era um dever de todo o Democrata e uma exigência do bem comum". O Diário do Congresso do dia 15 de agosto faz esta publicação.

25 de agosto -- Dia consagrado em homenagem a Duque de Caxias, que se projetou na História do Brasil como o "Pacificador". Os núcleos de Anistia de Porto Alegre, São Paulo, Londrina e Rio homenagearam sua memória levando flores ao seu monumento.

29 de agosto – A Câmara Municipal de Campos de Jordão, votou por unanimidade uma moção de apoio ao Movimento Feminino pela Anistia.

Em agosto fomos procuradas por mulheres de Londrina que trabalhavam coletando assinaturas. Trouxeram o fruto do trabalho realizado. Mostramos a elas a documentação do MFPA para que pudessem ficar esclarecidas e esclarecer o restante do núcleo, sobre todo o trabalho que esta-



va sendo realizado em São Paulo. Ao verificar a falta de divulgação dos trabalhos, propuseram a realização de boletins da Anistia, para maior divulgação do MFFA.

Concordamos com a idéia do boletim e fornecemos todos os dados, documentação para ser feita uma reportagem que mostraria o curso da Campanha da Anistia.

Da idéia de boletim evoluiu para a tirada de um Jornal. E, a partir deste esforço conjunto, juntou-se a dinâmica do grupo de Londrina e o apoio do núcleo de São Paulo. Tudo isto somado deu como resultado o nascimento do jornal Brasil Mulher.

#### SETEMBRO:

10 de setembro – O núcleo do MFFA do Rio de Janeiro, organizou uma Conferência na Sede da Associação Brasileira de Imprensa.

O tema da mesa redonda seria a Mulher e a Paz. Fizemos parte desta mesa redonda: Dr. Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Rosemarie Muraro e Therezinha Godoy Zerbine. Nesta ocasião, a Campanha da Anistia recebeu a maior contribuição intelectual até agora recebida. Um artigo feito especialmente para a Mesa Redonda sobre Anistia. Dr. Barbosa Lima Sobrinho, também nos fez a honras da casa e também fez um artigo especial para a mesa redonda. Rosemarie também destacou o papel da mulher como força vital e conservadora da vida. E, Therezinha Godoy Zerbine, com seu tema central Anistia, visando a Paz da família brasileira.

Nesta mesa redonda fez uso da palavra o Padre Hilário Mazarollo, em nome da CNBB, dizendo que a CNBB nos apoiava por estar a Anistia dentro das tradições Democratas e Cristãs do Povo Brasileiro.

Para a mesma Mesa Redonda, o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, fez um discurso especial com o título "Em torno da moda dos slogans", que posteriormente foi publicado no Jornal do Brasil do dia 14 de setembro de 1975.

20 de setembro – Foi publicado o artigo do Dr. Alceu de Amoroso Lima no Jornal da Arquidiocese de São Paulo, "O São Paulo" sob o título de Anistia e Reconciliação".

Foi publicado também no Jornal do Brasil do dia 2 de outubro de 1975, com o título, "A Voz de Eva", e teve sua publicação na página de honra do nº 1, do Jornal Brasil Mulher.

Em fins de setembro, também foi publicada uma entrevista do MFFA, na Revista da Universidade do Rio de Janeiro – Revista ECOS –. A entrevista trata do assunto do Ano Internacional da Mulher e Anistia.

A chamada do grupo de Londrina, pois a situação estava muito delicada devido a onda de prisões, a Coordenadora Nacional do Movimento de Anistia, foi a Londrina, justamente nesta hora, para dar confiança ao grupo que trabalhava pela Anistia.

25 de setembro – O MFFA, na pessoa de sua Coordenadora, travou conhecimento com as mulheres do núcleo de Londrina: Rose Serra, Edezina Leal, Neuza Cardone. Deu entrevista no fim da tarde na Folha de Londrina. À noite do dia 25 foi reservada para uma visita à Câmara dos Vereadores, onde foi recebida no Gabinete da Presidência, onde se encontravam quase todos os vereadores, da Arena e do MDB.

Achavam-se presentes, simpatizantes do movimento e a imprensa local. Na ocasião, foi relatado aos vereadores todo o trabalho por nós desenvolvido e demos como exemplo de como eles poderiam nos ajudar. Demos como exemplo, a Moção de apoio e solidariedade da Câmara Municipal de Campos de Jordão, que votou por unanimidade esta Moção. E que esperávamos que eles fizessem o mesmo.

A reportagem do jornal Panorama foi feita na Câmara. Nesta mesma noite ao sairmos da Câmara dos Vereadores, nos dirigimos ao Teatro Universitário onde o advogado, Dr. Acir Breda, Conselheiro da OAB – Seção do Paraná, proferia palestra sobre o Direito de Liberdade, dentro do projeto do novo Código do Processo Penal.

Fizemos uma interpelação: Qual seu posicionamento quanto a Anistia?

A resposta foi: Não é o momento político oportuno. Acho que é problema de convencimento dos agentes do Sistema Respeitamos sua coragem e Fé em lutar pela causa (...)

26 de setembro – Com Edezina Leal, dirigimo-nos a Apucarana onde fizemos contatos.

A tarde do dia 26, visita ao Bispo Don Geraldo Fernandes, que é advogado e disse não desconhecer o Instituto da Anistia. No fim da tarde, no quarto do Hotel, foi-me apresentada a reportagem sobre a Anistia e, que seria a única reportagem viva no número 0, do Jornal Brasil Mulher. Fiz a supervisão do artigo por se tratar de assunto de responsabilidade do MFFA, e para o qual fornecemos dados e documentos.

#### OUTUBRO:

9 de outubro – lançamento do Jornal Brasil Mulher que nasceu dentro da Campanha da Anistia e suas bandeiras seriam Direitos Humanos e Anistia. E, se propunha também a promover a mulher frente a problemática brasileira numa Sociedade em rápidas transformações.

13 de outubro – No encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, organizado por um grupo feminino de São Paulo "Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira" – Setor de São Paulo. Foram enfocados temas; a mulher e a Educação, a mulher e a Saúde, a mulher e o Direito, etc.

A Coordenadora do MFFA, foi indicada para falar pela Curia Metropolitana de São Paulo, por Irmã Stela, que em nome da Cúria co-patrocinava a Semana.

No dia da Mulher e o Direito, vários colegas abordaram temas diversos; coube a Coordenadora do MFFA, enfocar "Os direitos dos Cidadão" e a necessidade de se reivindicar a aplicação de um Instituto que já faz parte do Direito da nossa terra. "A Anistia". Ele já faz parte da Consciência Cristã e Democrática do Povo Brasileiro.

Observação: Esta Semana foi aproveitada para divulgação e Promoção do Jornal Brasil Mulher e, este foi o marco inicial da sua trajetória.

15 de outubro – Enviamos ofício a Freda Brow, organizadora do Congresso Nacional de Berlim, fazendo sentir a nossa impossibilidade de comparecer por motivos de força maior e colocando em nosso ofício, a nossa proposta, que era a mesma do México – "Anistia" política a todos os presos políticos do Mundo, homens e mulheres.

29 de outubro – A pedido de estudantes da PUC de São Paulo do Curso Básico, a Coordenadora do MFFA, deu um depoimento sobre o Ano Internacional da Mulher, a participação do MFFA e nossa posição "Anistia".

31 de outubro – Participação da Coordenadora do MFFA, no Programa de Televisão do Canal 4 – Clube dos Artistas. O programa era dedicado ao Ano Internacional da Mulher. O convite se deu pela produção do Programa e por ter a Coordenadora do MFFA ter sido uma mulher brasileira a participar em nível de Tribuna, na Conferência do Ano Internacional da Mulher, no México.

#### NOVEMBRO:

3 de novembro – Mesa redonda promovida pelo MFFA no Auditório do Colégio Sion, tema – "A Paz



fundamentada na Justiça". Participaram: Dr. Dalmo de Abreu Dallari, Professora Carmen Junqueira e a Coordenadora do MFFA. (doc. nº 23).

O núcleo do Rio Grande do Sul na impossibilidade de se fazer representar, enviou telegrama, o mesmo acontecendo com o do Rio de Janeiro.

10 de novembro — Semana de Direitos Humanos promovida por 14 Centros Acadêmicos da USP. Coube ao MFFA e à Frente Nacional do Trabalho, abrirem a série de palestras que foram levadas a cabo de 10 a 14 de Novembro, na Igreja dos Dominicanos, em São Paulo.

Durante toda a Semana, foram distribuídos Jornais Brasil Mulher, para divulgação dos artigos de Anistia.

15 de novembro — Participação do MFFA na Sede dos Sindicatos dos Jornalistas, em uma sessão Comemorativa ao Ano Internacional da Mulher, organizado pelo grupo "Mulheres em Questão".

A nossa palestra versou sobre o Ano Internacional, nossa posição nele e o depoimento de nosso trabalho. Resaltamos os Deveres do Cidadão e da necessidade de se exercer os seus Direitos no exercício legítimo e natural, visando a Paz na comunidade nacional.

19 de novembro — Palestra sobre Direitos Humanos em Ribeirão Preto a convite de Estudantes da Universidade local. Foram convidados também Madre Cristina Sodré Dória, Professora Catedrática da PUC — de São Paulo e o Escritor João Antonio. Foram distribuídos Jornais Brasil Mulher.

25 de novembro — Semana de Direitos Humanos em Belo Horizonte — na Sede do DCE da Universidade de Minas Gerais. O tema focalizado pela Coordenadora do MFFA, foi Anistia.

Na ocasião, foram distribuídos Jornais Brasil Mulher, com os nossos artigos sobre Anistia.

#### DEZEMBRO:

O grupo de Londrina e o de São Paulo haviam combinado que o jornal Brasil Mulher seria tirado em moldes de uma empresa comercial. Fariam parte dele, o grupo inicial dos núcleos de Anistia.

O grupo de São Paulo propôs que o jornal saísse pelo MFFA mas, o grupo de Londrina não concordou preferindo abrir uma sociedade própria.

Os estatutos da Sociedade Brasil Mulher foram calçados nos estatutos do MFFA com pequenas alterações, observando-se os fins a que se propunha.

A reunião da pauta do jornal Brasil Mulher nº 1, foi realizada em São Paulo e o grupo de anistia de São Paulo forneceu trabalhos e artigos para a confecção deste primeiro número. Na página dedicada à Anistia foi publicada a maior contribuição intelectual recebida pelo MFFA: o artigo do Dr. Alceu de Amoroso Lima, "Anistia e Reconciliação", conseguida pelo núcleo do Rio de Janeiro.

23 de dezembro — Estávamos com o Jornal entregue.

24 de dezembro — Por volta do meio dia, segue para Londrina pela Transbrasil, cópia da petição a ser dada entrada no Fórum de Londrina, pedindo registro do Jornal. Foi dada entrada no dia 29/12/1975 — sentença foi prolatada dia 7 de fevereiro de 1976.

O motivo da corrida contra o tempo é que queríamos aproveitar o Encerramento do Ano Internacional da Mulher, dia 28, no Museu de Arte Moderna, domingo às 14:00 horas.

Seria uma festividade organizada pelo Centro da Mulher Brasileira com Sede no Rio, e nós MFFA, compareceríamos a Convite, visto termos núcleos no Rio e ele ser muito atuante e ligado aos grupos locais.

28 de dezembro — O núcleo do Rio, sob a coordenação de Regina Van Der Weid e a já eleita Presidente do Movimento Feminino pela Anistia, Therezinha Godoy Zerbine, a Secretária Geral do MFFA, Margarida Neves Fernandes e uma Conselheira, Catarina Sabóia.

Na parte da manhã trabalhamos no preparo dos murais do MFFA — O Centro da Mulher Brasileira, nos cedeu 2 grandes quadros, e às 14 horas, no começo das festividades, estávamos presentes, vendendo o Jornal Brasil Mulher nº 1, divulgando o nº 0, vendendo nossos cartazes da Anistia e com nossos murais em exposição.

Fizemos presença na hora dos depoimento. E a convite dos grupos femininos do Rio, nós do MFFA, encerramos o dia festivo e marco inicial de uma longa etapa a ser percorrida por todas nós.

15 de dezembro — Institucionalizamos o MFFA, com uma reunião de todas as sócias interessadas. Aprovamos Estatutos, elegemos o Conselho e a respectiva Diretoria que passou a ser assim formada:  
Presidente: Dra. Therezinha Godoy Zerbine  
Vice-Presidente: Lila Figueiredo  
Secretária Geral: Margarida Neves Fernandes  
Tesoureira: Yara Peres Santestevam

19 de dezembro — Escrevemos uma carta que foi encaminhada a Sua Santidade o Papa Paulo VI.

23 de dezembro — Fizemos uma Nota de Natal do MFFA. Enviamos para as redações dos jornais e rádios de São Paulo.

Soubemos que o Canal 4 — Tupi de São Paulo, transmitiu.

#### JANEIRO:

O MFFA assumiu a responsabilidade de 2.000 Jornais Brasil Mulher; para colocar. Esta seria nossa tarefa, divulgação e promoção do Jornal, a nível nacional e internacional e para as autoridades Presidência da República, Senado e Câmara.

O núcleo do MFFA no Rio de Janeiro, com a Coordenação de Regina Sodré Van Der Weid, começou um trabalho junto ao Conselho Geral da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção de São Paulo.

#### FEVEREIRO:

6 de fevereiro — Fizemos um ofício a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), pedindo uma moção de apoio e solidariedade à Campanha da Anistia, e recebemos resposta de seu Digníssimo Presidente — Dr. Prudente de Moraes Neto.

#### MARÇO:

8 de março — Dia Internacional da Mulher. Todos os grupos de São Paulo, uniram-se para comemorar o Dia Internacional da Mulher no MASP (Museu de Arte de São Paulo).

Os grupos deliberam que a Presidente do MFFA, coordenaria os trabalhos da mesa.

15 de março — Implantação do MFFA no Nordeste — de grande importância para nós. Escolhemos Fortaleza para Sede do Movimento e como núcleo irradiador.

As 10h. horas da manhã, entrevista para a Televisão Globo, no saguão do Hotel Beira Mar.

Ao meio dia, entrevista na Rádio Uirapuru, no noticioso local — entrevista de 10 minutos.

As 15:00 horas — visitamos o Arcebispo de Fortaleza, Dr. Alusio Lorscheider.

As 20:00 horas — Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes — 400



- 16 de março – pessoas presentes. O tema enfocado foi A Mulher na América Latina e Direitos Humanos. (Doc. nº 29).  
– As 9:30 da manhã – entrevista no Saguão do Hotel Beira Mar para a Tribuna do Ceará.  
Ao meio dia, almoço no Náutico com o pessoal do núcleo do MFFPA local. As dezesseis horas, visita a Secção da Ordem dos Advogados – Secção do Ceará. Como advogada a Presidente do MFFPA, falou, propondo que eles nos apoiassem.
- 17 de março – Publicação da entrevista na Tribuna do Ceará.  
Partida para o Recife.  
As 14 horas, entrevista com Don Helder Câmara, na Sede do Arcebisado.  
À noite, contatos com mulheres sensibilizadas pelo MFFPA.
- 18 de março – Entrevista no Saguão do Hotel, com o Deputado Marcus Cunha, o Deputado mais votado do MDB de Pernambuco. Foi-lhe entregue o nosso Manifesto e a entrevista da Tribuna do Ceará do dia anterior.  
O deputado se comprometeu a ler nosso Manifesto da Tribuna da Assembléia e pedir que fosse inscrita nos Anais da Assembléia.  
Ao meio dia, partida para Paraíba – chegada às 15 horas.  
As dezesseis horas – entrevista para o Jornal O Norte e visita a Rádio Arapuan – entrevista que foi para o ar no noticiário da noite.
- 19 de março – Publicação da Entrevista do dia anterior na primeira página. Jornal que é lido em todo o interior do Estado.  
Ao meio dia – Almoço no Centro com mulheres do local.  
As 14 horas – visita a Don José Maria Pires, Acebispo da Paraíba – estava ausente, deixamos nossos cumprimentos.  
A noite, as 20 horas, como houve contratempo com o local cedido para a Conferência da noite em frente a Sede onde seria realizada a Conferência, fizemos pequena palestra a céu aberto e demos abertura ao núcleo do MFFPA na Paraíba. O Vereador Derivaldo Mendonça destaca da Tribuna da Câmara Municipal a importância do MFFPA, e lê nosso Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia, da Tribuna da Câmara.
- 20 de março – Publicação da intervenção do Vereador Derivaldo Mendonça da Tribuna da Câmara Municipal de João Pessoa.
- 21 de março – Publicação da entrevista que tinha por fim, substituir a Conferência não realizada. O Norte, de Domingo – 21/3/76 –
- 22 de março – Partida para Bahia – Contatos com mulheres sensíveis ao MFFPA. Visita ao Acebispo Don Avelar Brandão, que não estava presente, mais deixamos por escrito nossos saudaes e a que nos propunhamos.
- 23 de março – Entrevista ao Jornal da Bahia, marcando nossa presença e passagem pela Bahia.

- 24 de março – Visita a OAB – Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil.
- 25 de março – Visita de cortezia e agradecimento à Sede da ABI – Associação Brasileira de Imprensa.
- 27 de março – Foi eleita a Diretoria da Sociedade Brasil Mulher cuja Presidência coube a jornalista Marina D'Andrea.  
Desta data em diante a Sociedade Brasil Mulher, passou a reger-se por seus Estatutos Regimentais.  
O resultado da venda dos Jornais que ficaram sobre a nossa responsabilidade, foi de Cr\$ 7.590,00 'sete mil, quinhentos e noventa cruzeiros'  
Promovemos o Jornal Nacional e Internacionalmente.

**ABRIL:**

- 30 de abril – Participamos da Semana de Liberdades Democráticas em São Paulo, realizada na Universidade de São Paulo – USP.  
No mesmo dia, o núcleo do MFFPA do Rio Grande do Sul, participou da Semana de Liberdade Democráticas na Câmara Municipal de Porto Alegre.  
A Presidente do núcleo do Rio Grande do Sul, Lícia Peres, marcou sua presença.

**MAIO:**

- Participamos de reuniões em apoio ao Jornal Movimento, quando do cerceamento do seu número 45 – que era exclusivamente dedicado à Mulher. Elaboramos uma carta aberta ao Exmo. Senhor Presidente da República, que foi publicada na íntegra pelo Jornal Brasil Mulher.

**JUNHO:**

- 4 de junho – Ato Público de apoio à Anistia, realizado na Universidade de São Paulo – USP  
Estiveram presentes, outros setores da população.  
Na mesma ocasião, recebemos documento de apoio da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro – MDB
- 16 de junho – O MFFPA se fez presente na Câmara Municipal de São Paulo, no dia em que o Senador Teotônio Vilela, falava sobre Liberdade e Democracia.
- 20 de junho – Assembléia da Pastoral Operária, Grupo de Mães, Creches de Mulheres da periferia de São Paulo.  
O MFFPA, se fez representar e usou a palavra quando aberta aos convidados.

## MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA PELA ANISTIA

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãos no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da Mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

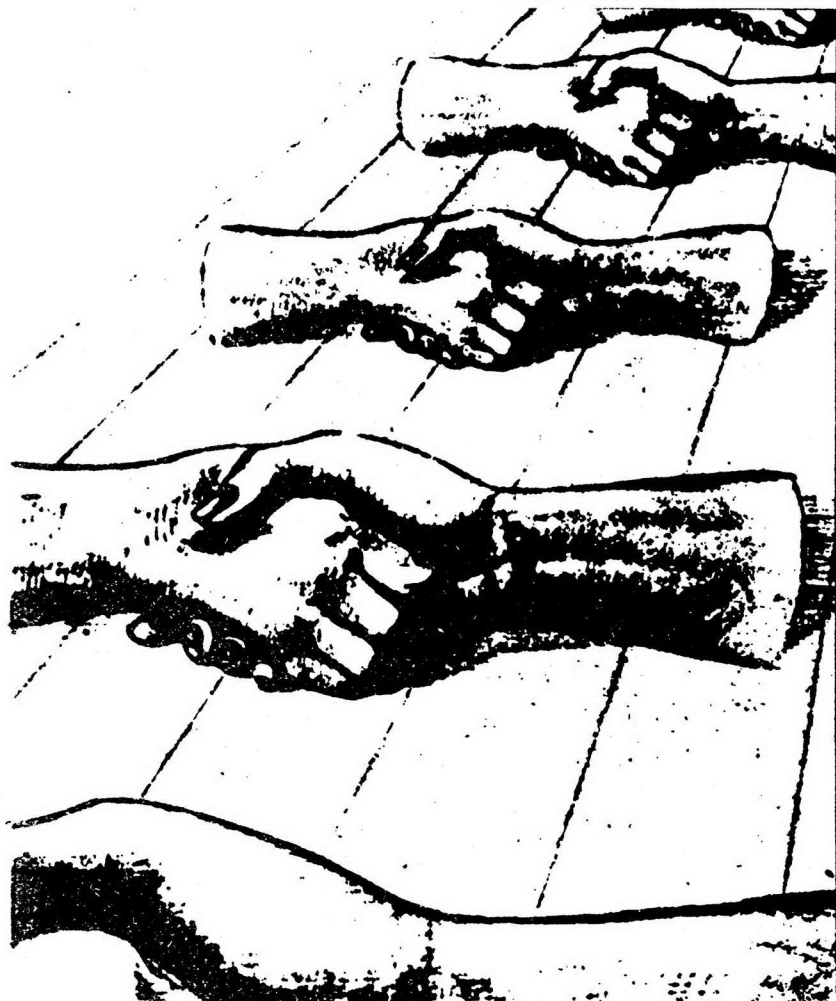
Eis porque, nós nos antepomos aos destinos da nação, que so sumprirá a sua finalidade de Paz, se for concedida a Anistia, Ampla e Geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as Mulheres, no sentido de se unirem a este Movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da ANISTIA, tendo em vista um dos objetivos nacionais: A UNIÃO DA NAÇÃO.



# ANISTIA E RECONCILIAÇÃO

Alceu Amoroso Lima



As mulheres não são intrinsecamente melhores ou piores do que os homens. Nem os moços melhores ou piores do que os velhos. Nem as oposições melhores ou piores do que os governos. E no entanto é sobretudo com as mulheres, com os moços e com as oposições que temos de contar, neste nosso mundo moderno, se ainda subsiste alguma esperança de atravessarmos, sem uma terceira guerra mundial, esta passagem de uma civilização baseada na onipotência do capital. Para uma civilização baseada na sua humanização, pela liberdade da política e pela justiça social. Temos de contar com as oposições, a despeito dos espetáculos desalentadores que ultimamente nos têm oferecido, em Portugal, pois a marcha ao absolutismo político não é privilégio, nem da direita nem da esquerda, e sim um vírus corrosivo que ataca atualmente os governos, como sempre contaminou ao longo da história, os detentores do poder. E hoje mais do que em qualquer tempo, dada a profunda transmissão digo transmutação de

valores de que está participando o mundo inteiro, mormente com o poderio militar tremendo de que os governantes desfrutam em face das oposições desarmadas.

Temos de contar com a juventude, embora o exemplo de 1968 em França tenha sido uma decepção, exatamente porque lhe foi dada, de um momento para outro, uma responsabilidade, para a qual não estava devidamente preparada. E se isso ocorreu em França, onde a tradição cultural e mesmo educacional vem de séculos, que diremos entre nós, onde especialmente há doze anos essa juventude, em que afinal estão as forças biologicamente mais vivas da nacionalidade, vem sendo sistematicamente marginalizada, traída e frustrada em suas esperanças e em sua indispensável preparação política para a futura participação no poder.

Temos de contar, acima de tudo, com mulheres, a despeito do que acabamos de assistir nos Estados Unidos, se quisermos realmente que a paz e a liberdade não sejam apenas

metas teóricas ou ideal remotos, e sim instrumentos imediato e eficazes para que essa transmutação de valores, em que toda a humanidade está engajada e nós com ele (pois não somos, nem de modo a poupar o mais possível, à nossa humanidade, a volta a uma nova idade antropogógica.

Foi aquele humilde e formidável João XXIII, ao marcar com seu efêmero pontificado uma data irreversível na história da Igreja, que resumiu, em uma síntese memorável, os três pontos cruciais dos novos tempos em seu aspecto racional e projetivo: a elevação social das classes trabalhadoras; o fim do colonialismo e a promoção do sexo feminino. Esse último ponto é que explica a proclamação deste ano de 1975 como sendo o Ano Internacional da Mulher. Se as mulheres não são, por natureza, melhores ou piores do que os homens, sempre foram tratadas, em todas as grandes civilizações, com inferiores aos homens. E de modo paradoxal, na civilização jurídica por excelência, como ao menos pretendeu ser a civilização romana. A correção dessa anomalia, tanto jurídica como religiosa, moral, econômica e cultural, e que representa ou pelo menos deve representar a finalidade de um ano oficialmente proclamado, com Ano Internacional da Mulher.

Entre nós, dadas as condições históricas, em que nos encontramos, todos sabem o papel que as mulheres representam no início desta última fase política de nossas instituições nacionais. Pois bem, seja qual for o juízo que se tenha a respeito desse papel por elas representado em 1974, cabe-lhes em 1975, uma tarefa ainda mais relevante. Cabe-lhes a restituição ao povo brasileiro, dessa palavra que o Papa Paulo VI, poucos meses atrás, proclamou como sendo a fórmula capaz de trazer ao mundo moderno, se não ficar apenas na palavra, e que mais lhe falta neste momento crucial de sua história. Nesta hora, marcada universalmente pela violência, pelo fanatismo, pelo sectarismo, pelas guerras, crises e revoluções, a palavra redentora é Reconciliação. Assim falou o Santo Padre. Assim deveremos falar em nossa terra, nest e momento histórico em que está em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de uma época e como abertura de um novo momento histórico em que em jogo o próprio destino do nosso futuro. Ora, o outro nome de Reconciliação é Anistia. A anistia para os crimes políticos, como encerramento de





uma época e como abertura de um novo momento histórico. Se quisermos preservar a nossa unidade nacional, comecemos pela Anistia. Se quisermos vencer a nossa atual crise econômico-financeira, reflexo da crise universal, Anistia. Se quisermos combater o terrorismo, Anistia. Se quisermos que a condição lamentável do nosso homem de campo se humanize, Anistia. Se quisermos que nosso parque industrial, o maior da América Latina, não seja uma colossal usina de poluição mas um processo de elevação social do operário urbano, Anistia. Se quisermos que o nosso Desenvolvimento seja realmente humano e não apenas

econômico, Anistia. Se quisermos que o nosso futuro seja digno de nossas tradições do passado, na voz de Rui Barbosa, Anistia. Se quisermos que nossas forças armadas sejam herdeiras da lição de Caxias Anistia. Se quisermos que o nosso povo participe realmente do futuro de nossas instituições e não seja apenas instrumento de oligarquias nacionais ou interesses econômicos multinacionais, Anistia. Se quisermos, em suma, defender a nossa independência nacional e preparar a lição de humanismo brasileiro, com que podemos colaborar para a civilização universal, como potência mundial que um dia seremos, recomece-

mos pela Anistia.

Ora, se é verdadeiro como creio, aquele famoso ditado francês, que nos diz "se que femme veut Dieu le veut" pois Deus quer o que as mulheres querem, não vejo então obra mais digna de ser empreendida pelas mulheres brasileiras, nest e ano que também lhes pertence, do que a cruzada pela anistia política. Quem sabe até se esse movimento virá trazer, para o Brasil, o nosso primeiro prêmio Nobel, prêmio da paz e da fraternidade, prêmio de Reconciliação de um povo consigo mesmo. Este o apelo que ousou fazer às mulheres brasileiras neste ano Internacional da Mulher.

## EM TORNO DA MODA DOS "SLOGANS"

Barbosa Lima Sobrinho

Os slogans também têm moda. Não sei quem os fabrica, nem procuro saber. Possuem vida própria, capaz de excluir a preocupação da paternidade. Basta-lhes a divulgação, que os torna presentes a todos os olhos e a todos os ouvidos. A repetição não é apenas uma figura retórica ou a mãe da sabedoria, como se costuma dizer: é também a alma da lógica. Mais vale repetir do que ter razão, poderia ser um provérbio que, se ainda não existe, por certo deveria existir. No fundo, um pouco daquele aforismo, de que "á-gua mole em pedra dura, tanto bate, até que fura". Se não chega a vencer, acaba com a vontade de contestar. Vencendo pelo cansaço. O vae victis! também se aplica aos que se calam.

Mas há slogans que acabam se desgastando com a repetição, ao provocarem mais revoltas do que aplausos. Como aquele conhecido "Brasil - ame-o ou deixe-o", que chegara como artigo de importação, mal dissimulando o carinho das autoridades alfandegárias. Surgira nos Estados Unidos, como uma intimação aos negros, quando não quisessem aceitar a lei dos brancos. Era, no fundo, argumento de discriminação racial. Mas aplicado a qualquer outro país, que não tivesse os mesmos problemas, soava como disparate, senão como revelação de discriminação política, tão extremada quanto a discriminação racial.

O direito à nacionalidade é o mais sagrado de todos os direitos da pessoa humana, uma vez que vem do nascimento ou do sangue, o que vale dizer que conferido pela própria vida. Nasce-se brasileiro, como se nasce francês, inglês ou americano.



Não é, pois, uma concessão, muito menos uma outorga. É um fato, por si só gerador de direitos. Lá está, na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, o preceito inarredável, no Artigo XV: "Todo homem tem direito a uma nacionalidade". A em que nasceu, a que veio do sangue ou a que preferiu adotar, por ato voluntário de naturalização. Um direito essencial à própria vida e ao exercício das atividades. Poder-se-á dizer que existe a criatura humana, num mundo dividido entre nações, sem o direito à nacionalidade?

O homem sem pátria, o heimatlos, não passa de um proscrito, como se

puddesse caber a qualquer Governo a faculdade de revogar o próprio ato de nascer, que vincula para sempre a pessoa humana à Nação em que chegou ao mundo. Para mudar de pátria, se assim o entender, por ato de vontade, terá que preencher condições de fato, que possam equivaler ao ato de nascer. Por isso o direito a nacionalidade se apresenta como o mais sagrado de todos os direitos, quase como condição para a existência de outros direitos. No mundo moderno, um indivíduo sem carteira de identidade e sem passaporte, é quase como se ainda não houvesse nascido. Como, pois, recusar tais documentos aos que pleiteiam, sob a proteção do direito à nacionalidade, consagrada na Declaração dos Direitos da Pessoa Humana?

Em países que não aceitaram essa Declaração Universal, ainda seria possível contestar esse direito à nacionalidade. Mas nos que a promoveram e homologaram, tomou o sentido de um compromisso, em que foi empenhada a palavra do próprio país que a subscreveu. Assinala-se que esse importante documento internacional surgiu como uma reação contra uma guerra desumana, que fizera ressurgir a lei da selva, com a bomba atômica, os bombardeios aéreos, o morticínio das câmaras de gás, o imenso sacrifício da população civil nas cidades devastadas. Era como um esforço, com que os signatários da Declaração procuravam significar, que ainda não haviam desertado da Humanidade, como quem procurasse resgatar, com uma demonstração de generosidade, a violência e a brutalidade, com que a guerra se fizera. Como entender, em face de propósitos tão



altos, que se viesse a insistir naquele slogan discriminatório, com que os brancos contestavam os direitos dos negros, na pátria de Abraão Lincoln?

Mas se não aceitava esse slogan, não saberia como reprovar outros, que pudessem aparecer, apoiados a sentimentos mais louváveis. Como este último, que acaba de aparecer: "Pátria é a União de todos", que vale por um programa de paz e de confraternização. Se valer, não apenas como slogan, mas também como realidade, virá desmentir os que o arrolam entre manifestações de simples hipocrisia, que ainda seria, no conceito de La Rochefoucault, uma homenagem à virtude. Não é menos significativo o cartaz que o expressa, apresentando, em relevo, todo o território nacional, cercado por uma enorme ciranda de criaturas humanas, todas de mãos dadas, como que a simbolizar a reconciliação nacional.

Divergências de opinião e de inte-

resses existem, por certo, em qualquer país. Mas não devem ser consideradas como obstáculos definitivos ou manifestações de incompatibilidade sem remédio. Não passam dessas divergências; que estamos acostumados a encontrar dentro de uma mesma família.

E o que é que acontece, com essa luta de família? Mesmo quando chegam a alcançar a faixa dos agravos pessoais, talvez mesmo do pugilato, acabam não resistindo ao tempo. O esquecimento pouco a pouco as apaga. Nem foi por outra razão que um grande centro de civilização, como a Grécia dos tempos antigos, soube incorporar às suas instituições políticas o remédio da anistia, para que as divergências passadas não constituíssem obstáculo ao seu progresso, nem viessem a valer como obstáculos à segurança nacional que se tornaria precária, se não apoiasse na unanimidade de seus filhos.

Foi com essa inspiração que, ainda há pouco reuniu-se no México o

Congresso Internacional das Mulheres. E dele partiu o programa admirável, que procura estabelecer, por toda a parte, a exaltação da Reconciliação Nacional, que não poderá ter por alicerce senão o esquecimento das lutas e dos agravos anteriores. Na convicção, em que estava o Congresso, de que tudo se tornaria mais fácil, sob o apanágio de confraternização.

Foi Churchill quem, num momento crucial para a sua pátria, soube afastar com um gesto imperioso, debates que poderiam comprometer a unidade de seu povo. Fizera ver, com a eloquência de sua formidável oratória, que era indispensável esquecer o passado, para salvar o futuro. Como quem desejasse ajuntar, para a vitória, todas as forças de seu país, numa unanimidade de que já valia, por si só, como uma manifestação de grandeza, de todos que para ele concorreram, convencidos de que, realmente, a "Pátria é a união de todos".

## CONFERÊNCIAS

# AS CONFERÊNCIAS DO MFPA

11/7/75

Local: Câmara de Vereadores de Porto Alegre – Rio Grande do Sul "A mulher latino-americana, tem consciência exata de sua problemática e ela é revoltada, angustiada e toda emoção. Ela grita ao mundo so seus problemas. Mas o grito, é a fala dos que não são ouvidos. Até dentro de seus países elas são marginalizadas do processo de libertação dos seus povos. O condicionamento é econômico, político e cultural". T.G. Zerbine.

10/9/75

Local: Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro Mesa redonda sobre o tema "A Mulher e a Paz". Conferencistas convidados: Therezinha G. Zerbine, Tristão de Athayde, Rose Marie Muraro e Barbosa Lima Sobrinho.

27/9/75

Local: Câmara de Vereadores de Londrina – Paraná "Ninguém no Brasil, neste momento, pode dizer que está vivendo em Paz. A Anistia é uma coisa que está no coração de cada um". "A Anistia aos brasileiros atingidos pelos atos de exceção é um dever da consciência de cada um," salientando que o movimento que encabeça, se atingir seus objetivos, será uma "saída honrosa e digna para a pacificação do país", que segundo a líder, atualmente está dividido. T.G. Zerbine.

3/11/75

Local: Auditório do Colégio Sion – São Paulo Em comemoração ao Ano Internacional da Mulher, cujos princípios são: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, o Movimento Feminino pela Anistia, convida para a Conferência cujo tema será: "A Paz Fundamental na Justiça".

8/3/76

Local: Museu de Arte de São Paulo – São Paulo Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Na mesa, representantes de vários grupos femininos, que em síntese, lutam pelo mesmo fim: maior participação da mulher na

sociedade; igualdade de direitos; diagnósticos e resoluções do problema da mulher, além da luta pela Anistia, uma importante bandeira, empunhada com todo empenho pelo Movimento Feminino pela Anistia.

15/3/76

Local: Fortaleza  
Entrevista no Canal 10 – TV Globo  
Entrevista na Rádio Uirapuru  
Conferência no Colégio Nossa Senhora de Lourdes – "A mulher Latino Americana e os Direitos Humanos".  
Entrevista à Tribuna Cearense  
"O trabalho do Movimento Feminino pela Anistia, no momento, consiste em semear idéias de justiça e liberdade, que esperamos, caiam em terras férteis das mentes e dos corações das mulheres e homens deste país. O trabalho, se fundamenta na justiça e conduz à liberdade".

16/3/76

Local: João Pessoa – Paraíba  
Entrevista na Rádio Arapuã

19/3/76

Conferência feita em frente à Sede das Voluntárias, que negaram o Auditório. A mensagem em forma de palestra, foi realizada "a céu aberto".

23/3/76

Local: Salvador – Bahia  
Entrevista no Jornal da Bahia.  
"Convicta de que a Anistia "se fundamenta na justiça e conduz à liberdade", Therezinha Zerbine atuou na Conferência do México, disposta a não deixar que aqueles momentos fossem só aqueles, que todas as idéias não se perdessem nelas próprias. Com a delegação americana, ela tirou um documento de três pontos, que, em síntese são a não proliferação das armas atômicas, Anistia a todos os Norte Americanos, presos por se recusarem a lutar no Vietnã e Anistia "incondicional" aos homens e mulheres presos políticos em todo o mundo".



Exmo. Senhor  
General Ernesto Geisel  
D.D. Presidente da República Federativa do Brasil  
Palácio do Planalto - Brasília D.F.

Senhor Presidente

Nós, mulheres brasileiras, que neste Ano Internacional da Mulher, escolhemos uma forma honrosa e digna para colaborarmos com a pacificação da família nacional, papel este que a mulher brasileira cumpriu, nos congregamos em um movimento que se denomina "Movimento Feminino pela Anistia".

Nosso trabalho, de âmbito nacional, se desenvolveu em torno de um manifesto que coletava assinaturas, com a finalidade de pedir ao Presidente da República a Anistia ampla e geral a todos os que foram atingidos pelos atos de exceção, já que pela presente Constituição, somente a ele cabe outorgar o diploma legal.

Assim, vimos respeitosamente, a presença de V. Excia., pedir a oportunidade de uma audiência na qual estabeleceríamos um diálogo franco e aberto e teríamos a oportunidade de passar as suas mãos o fruto de nosso trabalho ou seja, mais de 12.000 assinaturas; V. Excia., nessa ocasião poderia então sentir melhor as aspirações do Movimento ouvindo o apelo da Mulher Brasileira de viva voz, através de suas representantes.

No caso de ser positivado o nosso pedido pediríamos que a data fosse a de 12 de agosto, pois precisamos de tempo para providenciar a chegada das delegadas estaduais em Brasília, centro do poder nacional.

Certas de sermos atendidas em nossa justa aspiração, a de dialogar com o Presidente de todos os brasileiros, sobre um tema de tanta grandeza e, que a nós diz muito, por sermos geradoras e transmissoras de vida e responsáveis pela formação e transformações da sociedade do amanhã, esperamos confiantes.

Cordialmente

Therezinha Godoy Zerbine  
S. Paulo, 31 de julho de 1975



A Sua Santidade  
Papa Paulo VI  
Vaticano - Roma

Beijamos a mão de Vossa Santidade com nosso humilde respeito e veneração.

Nós, mulheres brasileiras, cidadãs da maior nação católica do mundo, neste Ano Internacional da Mulher, consagrado a nós pela organização das Nações Unidas, inspiradas na posição do saudoso Santo Padre João XXIII, vimos à presença de Vossa Santidade para dar conhecimento do Manifesto da Mulher Brasileira a favor da Anistia aos presos e condenados políticos.

"Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro (político) nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e Justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos

quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação".

Pensamos estar amparadas pelas palavras de Vossa Santidade na Encíclica Populorum Progresso - quando em Bombaim: "O Homem deve encontrar o Homem, as Nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade".

Por ocasião da abertura do Ano Santo, Vossa Santidade apelou aos governos do mundo inteiro no sentido de que concedessem anistia a todos os presos políticos.

O Movimento Feminino pela Anistia, se fez representar oficialmente na Conferência Internacional da Mulher, na cidade do México e, inspirado na grandeza do desejo de Vossa Santidade, lançou também, o mesmo apelo.

Anistia Incondicional e irrestrita aos presos políticos de todo o Mundo; aos resistentes de guerra e aos banidos e exilados por fazerem oposição a seus governos.

Nosso Manifesto se respalda, até o momento, na assinatura de quinze mil mulheres brasileiras que anseiam pela Paz a qual, nesta hora, se consubstanciará na outorga legal do Decreto da Anistia.

Rogamos a mediação de Vossa Santidade como Líder Espiritual e Representante de Cristo.

Pedimos nós, mães, irmãs, esposas, filhas, enfim, todas as mulheres de boa vontade, ajuda para que se faça chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, o apelo no sentido de que, ainda neste Ano Santo, seja outorgado o Diploma Legal da Anistia, comemorando-o de forma positiva e conduzindo nossa Pátria para a Liberdade, Justiça e Paz.

Rogamos a benção para o Movimento em que nos empenhamos nascido das Santas palavras e anseios de Vossa Santidade.

Deus guarde Vossa Santidade por longos e longos anos.

Cordialmente,  
Therezinha Godoy Zerbine  
- Presidente -



Exmo. Senhor  
Líder da Bancada do M.D.B.  
Senado Federal - Brasília DF

A mulher brasileira, conscia de seus direitos e deveres de cidadã, vem à presença da liderança do MDB, neste Congresso Nacional trazer a sua posição política que se afirma no seguinte manifesto perante a Nação.

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da Anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

São 12.000 assinaturas de Brasileiras de todos os recantos deste país continente, forças dinâmicas da nacionalidade que apelam à solidariedade da classe política para que também repudiem a dicotomia em que vivemos, os dois Brasis, um dos convenientes, outro dos inconvenientes.

Rui já dizia "não podemos chamar de inimigos da Pátria os que nos fazem oposição".

A Anistia se faz uma necessidade imperiosa. Ela virá fortalecer a união e desarmar os espíritos. Desarmados os espíritos estarão abertos os caminhos para o diálogo, a



cordância e o entendimento fraterno entre nós.

Apelamos a esta liderança que faça público este documento a todos os participantes da bancada e esperamos confiantes a adesão, para a idéia força da Anistia, e para que ela se transforme em cada um num imperativo de consciência.

Therezinha Godoy Zerbine — Coordenadora  
Obs: O mesmo ofício, foi encaminhado às lideranças da ARENA.



Therezinha Godoy Zerbine

Acuso recebimento carta 31 de julho na qual solicita entrevista chefe do governo para entregar memorial Movimento Feminino pela Anistia. Acordo normas sobre audiências expedida início governo, o senhor Presidente da República não concede entrevistas para recebimento memorias, convites ou documentos semelhantes. Sugiro, pois, encaminhar documento por intermédio Gabinete Civil para apreciação. Cordiais saudações.

Golbery do Couto e Silva — Ministro Chefe Gabinete Civil



8/8/75

Exmo. Senhor

General Golbery de Couto e Silva  
D.D. Ministro Chefe do Gabinete Civil.  
Palácio do Planalto — Brasília D.F.

O Movimento Feminino pela Anistia acusa recebimento do telex do dia de agosto em resposta a carta enviada dia 31 de julho onde solicitamos entrevista a D.D. Chefe do Governo com a finalidade de entregar memorial e estabelecer diálogo com o Presidente de todos os brasileiros. Não era de nosso conhecimento as normas existentes. Ficamos felizes com a possibilidade de o fazer através da chefia da Casa Civil, para apreciação. O MFPA representado por sua Coordenadora Nacional estará em Brasília nos dias 12 e 13 e respeitosamente pede a V. Excia. a oportunidade de uma entrevista. Caso afirmação positiva responder para Therezinha Zerbine.

## ADESÕES



A

ILMA. SRA.

D. TEREZINHA GODOY ZERBINI

MD. COORDENADORA DO MOVIMENTO DE ANISTIA EM SÃO PAULO

CAPITAL

Prezada Senhora

O Legislativo Municipal, em atenção ao que foi requerido pelo Vereador Clovis Soares Azevedo, Vice-Presidente desta edilidade, sente-se sumamente honrado em comunicar que na Sessão Ordinária realizada nesta data foi aprovada, por unanimidade, Moção de Apoio ao Movimento de Anistia, conforme cópia que anexamos, para conhecimento.

Queira no ensejo Vossa Senhoria aceitar a expressão do nosso mais alto apreço.

DANILO DELÁCIO  
Presidente



DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE DO MDR — SÃO PAULO

AO MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA

No Programa do MDB a luta pela Anistia é colocado como um dos pontos de grande importância.

Diz o Programa de Ação no Plano Político:

"O MDB prosseguirá na sua luta:

pela anistia ampla e total a favor de todos os civis e militares atingidos pelos atos de exceção e de arbitrio, praticados a partir de 1º de abril de 1964."

Nos momentos marcantes da luta emdebista o compromisso com a Anistia tem sido sempre reiterado.

Em 1973, o lançamento da anti-candidatura à Presidência da República o deputado Ulisses Guimarães Presidente Nacional do MDB disse em seu pronunciamento que a "Anistia é Pacto de Honra de nosso Partido."

A Anistia tem sido, ainda, tema das lutas dos emdebistas nos parlamentos, nas concentrações e nas reuniões do Partido.

Por ocasião da entrega do Documento do Movimento Feminino Pela Anistia, em Brasília, o MDB, através de sua

liderança no Senado introduziu o manifesto nos anais da Casa e se solidarizou com ele.

No lançamento do 1º documento da Juventude do MDB, - São Paulo em 1974, destacamos a "Anistia dos Presos Políticos", entre nossos pontos de luta.

Hoje, nós do Departamento de Juventude do MDB de São Paulo, fiéis ao Programa Partidário, colocamo-nos ao lado do Movimento Feminino pela Anistia, por um dos pontos mais altos da luta Geral pela redemocratização e pelo restabelecimento do Estado de Direito.

WALDIR JOSÉ DE QUADROS  
PRESIDENTE

ANTONIO ROQUE CITADINI  
VICE PRESIDENTE

São Paulo, 04 de junho de 1976



Exma Sra. Dra. Therezinha Godoy Zerbine

DD. Presidente do Movimento Feminino pela Anistia  
Senhora Presidente,

Acusamos o recebimento de sua carta de 6 de fevereiro corrente, cujos dizeres mereceram a nossa melhor atenção.

Ficamos cientes da criação do Movimento Feminino pela Anistia, de atuação nacional que numa primeira etapa de trabalho, em agosto de 1975, conseguiu 12.000 assinaturas comunicadas às autoridades da República. Tomamos conhecimento, igualmente, da oficialização do Movimento o que certamente lhe dará condições para posterior desdobramento. Finalmente, nos inteiramos do apelo para que os jornalistas se juntem às integrantes do Movimento para seu fortalecimento.

É com a maior satisfação que lhe declaramos que a ABI, desde a sua fundação, em 1908, sempre considerou a anistia como o remédio indicado para superar as mais graves crises políticas e institucionais. Tendo presentes as lições da História brasileira e de modo especial os exemplos do Duque de Caxias, os jornalistas jamais se negaram a apoiar movimentos destinados a alcançar a paz da família brasileira. Em diversas oportunidades a ABI empreendeu e levou a bom termo campanhas destinadas a anistiarmos jornalistas presos ou processados por delitos políticos.

Esta convicção do quadro social da ABI quanto à justiça da anistia como remédio para males que entorpecem a sociedade brasileira, tem se traduzido sobretudo na oportunidade das suas Assembléias-Gerais, quando moções e



pelos a favor da anistia são aprovadas por unanimidade e vivadas ao conhecimento da opinião pública como expressão do sentimento sempre renovado e, por isso mesmo, cada dia mais forte, dos homens de imprensa. A título de exemplo, anexamos ao presente cópia da Moção apresentada pela Assembléia-Geral de 1975, em perfeita consonância com as nobres aspirações do Movimento Feminino pela Anistia.

Pelas razões expostas e certos de interpretarmos a vontade do quadro social, só nos cabe aplaudir a campanha desenvolvida pelo Movimento, convictos de que a sua vitória final corresponderá aos justos anseios dos jornalistas em geral.

Aproveitamos a oportunidade para lhe apresentar votos de respeito e admiração,

PRUDENTE DE MORAES, neto  
Presidente



### MOÇÃO

Considerando que este é o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, comemorado pela ONU (Organização das Nações Unidas);

Considerando que a anistia é inscrita no programa do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, atualmente em vigor e registrado no superior Tribunal Eleitoral;

Considerando que todos os setores buscam a união, a fraternidade, a paz e o diálogo entre todos os brasileiros;

Considerando que a Igreja, também no ano de 1974, considerou e refletiu sobre os Direitos da Pessoa Humana;

Considerando que o imortal DUQUE DE CAXIAS, foi um dos brasileiros históricos que maior contribuição e exemplo, ofereceu a concordia e paz e união entre os Brasileiros, cuja data do Soldado transcorreu dia 25 de agosto de 1975;

Considerando que o estatuto da anistia foi usado por mais de 50 vezes desde a República até Getulio Vargas;

Considerando que não nos movem sentimentos de ressentimentos ou de desrespeito as autoridades constituídas da República, para o apelo que fazemos, em prol da anistia ampla;

Requeremos se ouvindo o Egrégio Plenário e tendo em vista que já se encontra memorial no Congresso Nacional,

no Senado da República, com o Senador FRANCO MONTORO e com o apoio democrático do Senador JARBAS PASSARINHO, da Aliança Renovadora Nacional, requeremos esta moção de apoio, indo officio ao Senador Franco Montoro, ao Senador Franco Montoro, digo, ao Senador JARBAS PASSARINHO e a Exma. Coordenadora do Movimento em São Paulo, sra. TEREZINHA GODOY ZERBINI, rua José de Freitas Guimarães, Pacaembú.

Campos do Jordão, 29 de agosto de 1975.  
Vereador Clovis Soares Azevedo, MDB



### Natal de 1975

O Movimento Feminino pela Anistia, neste Natal de 1975 se une a todas as preces, agradecendo a Deus, a Fé e a esperança no coração dos homens de boa vontade, em viver num mundo de Paz.

E pede, que o trabalho da mulher Brasileira, neste Ano Internacional da Mulher, pedindo Anistia visando a pacificação da família brasileira, seja coroado de êxito.

Que a Concorrência, a Paz e a Justiça e os Direitos Humanos, sejam regra de bem viver numa Pátria de irmãos.  
Natal de 1975

Therezinha Godoy Zerbine  
Presidente  
MFPA

## D. EVARISTO REZA MISSA PELA ANISTIA

O Movimento Feminino pela Anistia, com o apoio da Comissão de Justiça e Paz e do Centro Acadêmico XI de Agosto, promoverá hoje, em São Paulo, às 17 horas, na igreja São Francisco, (largo São Francisco), uma missa ecumênica pela anistia dos presos políticos e cassados por razões políticas. A missa será celebrada pelo arcebispo metropolitano, dom Paulo Evaristo Arns. Iniciado por um grupo de mulheres, o movimento já colheu 15 mil assinaturas para o pedido de anistia que caminhará à Presidência da República, Congresso e Judiciário, nos próximos dias 12 e 13.

# O CONGRESSO DO MÉXICO

## MANIFESTO DAS MULHERES LATINO-AMERICANAS

AS MULHERES LATINO-AMERICANAS, que participamos na Tribuna do Ano Internacional da Mulher representando organizações e instituições, não governamentais, conscientes de nossa realidade, declaramos que:

1. Questionamos as atuais estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, por serem dependentes, manipuladoras e alienantes.

2. A luta pela nossa libertação se nos apresenta como uma dupla tarefa: como mulheres frente a uma problemática feminina e universalmente como cidadãs frente a uma realidade latino-americana de exploração e dominação cultural.

3. Propomos e comprometemo-nos a lutar pela mudança de ditas estruturas obsoletas, para conseguir a libertação da mulher, sua igualdade

com o homem e contribuir positivamente para o desenvolvimento e integração de nossos povos latino-americanos.

4. Propomos que, através dos diferentes agrupamentos nacionais, as mulheres desenvolvam uma consciência "latino-americanista".

5. Exigimos que sejam modificadas as leis civis, trabalhistas e penais lesivas à dignidade da pessoa humana e discriminatórias em razão do sexo, assim como as que atentam contra a realização da mulher. E que se adotem e se cumpram leis para proteger sua função de maternidade.

6. Protestamos energicamente contra a exploração comercial da mulher como símbolo e objeto sexual; contra sua utilização como sujeito e objeto e contra sua prostituição e coisificação.

7. Exigimos uma crescente e efetiva participação feminina em todos

os cargos eletivos, em todos os níveis da administração pública e em todos os centros de decisão do poder político com igualdade de oportunidades e condições.

8. Comprometemo-nos a fortalecer a família, como núcleo moral da sociedade e determinante sociológico do indivíduo, mas lutaremos contra seu caráter de célula econômica baseada na arbitrária divisão do trabalho.

9. Para que não seja desperdiçada a energia da mulher só em trabalhos domésticos e possa participar no desenvolvimento integral do seu país, propomos: que as tarefas domésticas sejam em sua maior parte socializadas, criando-se uma infraestrutura de serviços tais como: dispensas, cozinhas e lavanderias baratas, assim como cooperativas de produção e consumo, de artigos de primeira necessidade.



10. Exigimos que sejam revistos os sistemas educacionais atuais para que tendam em direção a uma consciência liberadora que propicie as necessárias mudanças estruturais da sociedade.

11. Que cada pessoa receba uma adequada educação sexual que lhe permita assumir suas responsabilidades perante a sociedade.

12. Reconhecemos o direito inalienável de cada mulher para determinar sua própria fecundidade.

13. Protestamos energeticamente contra a esterilização involuntária e contra os métodos anticoncepcionais impostos.

14. Pedimos aos governos dos países envolvidos, dar soluções humanas, aos problemas dos trabalhadores imigrantes, legais ou ilegais, temporários ou residentes.

15. DEMANDAMOS ANISTIA PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS NO MUNDO E REPUDIAMOS TODA PERSEGUIÇÃO POR CAUSAS IDEOLÓGICAS.

16. Pedimos que se estenda a segurança social ao campesinato e se torne efetivo seu direito a sindicalizar-se.

#### CONCLUSÃO:

Propugnamos realizar nossa luta conjuntamente com o homem, como expressão de verdadeira integração e igualdade humanas dentro do contexto de nossas realidades latino-americanas.

#### FALA DO MÉXICO

O Ano Internacional da Mulher enfatiza: igualdade, desenvolvimento e paz.

"A terceira meta do Ano Inter-

nacional da Mulher é fortalecer o papel das mulheres no trabalho pela Paz Mundial".

Amparadas em idéias de justiça e de paz e nos direitos da pessoa humana, nós, mulheres de todo o mundo, podemos e devemos propor que aqui, nesta Conferência Mundial seja apresentada uma moção em que peça Anistia Política a todos os presos do mundo, homens e mulheres.

A Anistia é um instituto do Direito do Processo Penal, entretanto, para nós significa muito mais: é uma bandeira que vai além dos interesses dos partidos e interesses da nacionalidade.

A Anistia virá fortalecer a união e desarmar os espíritos, nas nações onde existir sua aplicação.

A Anistia conduz à Liberdade, Desenvolvimento e Paz, são termos indivisíveis e nenhum deve ter prioridade sobre os outros.

Estabelecerá a Paz e a Concórdia em cada Nação. Sem justiça não há Paz, sem Paz não há desenvolvimento global.

O desenvolvimento compreende: liberdade política, cultural e econômica.

A Anistia é um imperativo, para modificar as atitudes e a conduta que são o resultado do condicionamento cultural, econômico e político.

Nós, mulheres de todo o mundo, devemos propor que seja apresentada uma moção aos governos de todos os países do mundo que tenham presos políticos, que seja dada Anistia conduzindo à meta da pacificação da família nacional.

Partindo daí, conseqüentemente, é mais fácil obter entendimento para a Paz Mundial.

Conferência do Ano Internacional da Mulher  
Cidade do México.

#### RECOMENDAÇÃO FEITA POR ORGANISMO INTERNACIONAIS

(Todos os Movimentos Femininos do Mundo)

Moções de Paz acrescentadas ao Plano de Ação no Congresso Internacional da Mulher no México:

- 1º - Porque o Plutônio é o elemento mais perigoso que a Humanidade conhece, radioativo por 500.000 anos, apelemos às Nações Membros desta conferência para que se unam a fim de interromper toda e qualquer proliferação de poder nuclear, militar e comercial, e que faça apelo a toda a tecnologia conhecida, pesquisa, recursos esforço a ser despendido para eliminar os resíduos radiativos que já estão acumulados.
- 2º - Pedimos que todas as Nações adotem, com autoridade, posições que concedam a Anistia Incondicional a todos os Resistentes de Guerra e Prisioneiros Políticos, e que concedam aos indivíduos o Direito Humano de escolher o exílio em oposição à pena de morte.
- 3º - Recomendamos que as Nações Unidas na próxima reunião da Assembléia Geral marque uma data, uma conferência de Desarmamento Mundial em 1977 na qual a Mulher participe em termos de igualdade com o Homem, não apenas como membros de governo mas como membros de organizações não governamentais.

#### CARTA ABERTA

Exmo. Sr. Presidenta da República Federativa do Brasil General Ernesto Geisel.

Nós, mulheres preocupadas com a situação da mulher na sociedade brasileira, interessadas em discutir-la amplamente e em agir no sentido de modificá-la, vimos através desta manifestar nosso repúdio à violenta censura exercida sobre a Edição Especial que o jornal "Movimento" pretendia lançar em seu número 45, sobre um tema único: "O Trabalho da Mulher no Brasil" e reivindicar a liberação, na íntegra, do material censurado.

A preparação dessa Edição envolveu esforços de dezenas de pessoas em todo o país - jornalistas, grupos de estudos, movimentos feministas e femininos, e a população feminina em geral, através de seus depoimentos. Grupos de pessoas se debruçaram sobre as estatísticas do IBGE,

em busca de um quadro exato sobre o trabalho feminino nos diversos setores de atividades: enquanto repórteres percorriam o país em busca do retrato das condições de vida das trabalhadoras - desde as professoras no interior de Minas Gerais, até as varredoras de rua em Salvador, passando pelas "bóias-frias", pelas secretárias, pelas empregadas domésticas, trabalhadoras na indústria e muitas outras.

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrava alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (dentro e fora de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva, chamada para o trabalho remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações subalternas abandonadas pelos homens em função do baixo salário; a remuneração inferior à do homem

pelo mesmo trabalho; a falta de infraestrutura social que lhe possibilita melhores condições para o exercício de sua função (creches, restaurantes populares, etc), e sua mobilização incipiente visando modificar sua situação concreta.

No entanto o amplo acesso a essas informações que nos foi violentamente negado. A redação do jornal "Movimento" nos informou que, de 305 laudas de texto enviadas ao Departamento de Polícia Federal para censura prévia, 287 laudas foram vetadas. Das 69 fotos enviadas, 58 foram vetadas. De 13 desenhos e vinhetas, 6 foram vetados. E, finalmente, de 12 tabelas com estatísticas do IBGE sobre trabalho feminino, 10 foram vetadas.

Neste ponto, é necessário ressaltar que a censura específica com relação ao tema "Mulher" vem se manifestando também em outros setores,



tais como: livros de Rose Marie Muraro, peças de teatro e até mesmo pesquisas sobre a situação da mulher brasileira que constam na Bibliografia realizada pela Fundação Carlos Chagas, e vetada nesta Edição do jornal "Movimento".

Desta forma, consideramos absurdo o fato de a mulher poder viver esta situação e não poder ser informada a respeito dela. Ficamos, portanto, impossibilitadas de ter uma perspectiva abrangente e não apenas individual de nossa realidade, sendo-nos também negada a tentativa de mudança da atual situação. Mudança esta que o próprio governo

brasileiro reconheceu necessária e endossou, ao assinar em julho de 1975, no México — o "Plano de Ação Mundial", proposto pela ONU, que projeta o Ano Internacional da Mulher por uma década. Este plano consiste em equacionamento de todos os problemas de mulher no mundo, visando uma estratégia global para que os objetivos de desenvolvimento, igualdade e paz, fossem atingidos. Para tanto, é evidente a necessidade de discussão aberta e o acesso à informação e à cultura como direito de todos, conforme tese do eminente jurista doutor Pontes de Miranda, apresentada na Con-

ferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, em agosto de 1974.

Em face do exposto, e respaldadas em nosso direito de cidadãs, protestamos veementemente contra o cerceamento de informação no país, reivindicamos ampla liberdade de expressão e total liberação do material cerceado em 6 de maio de 1976.

**MOVIMENTO FEMININO  
PELA ANISTIA  
SOCIEDADE BRASIL MULHER  
GRUPO NÓS MULHERES  
E OUTROS**

# A LUTA DE UM GRUPO DE MULHERES

*Um grupo de mulheres  
iniciava amplo movimento pela anistia.  
"Foi a opção mais coerente  
que encontraram para se integrarem  
às manifestações  
do Ano Internacional da Mulher"*

Quando o Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, pouco antes da Páscoa, incluía entre as manifestações religiosas um pedido especial — a "anistia generosa para os presos políticos em nossa terra" —, um grupo de mulheres iniciava amplo movimento no mesmo sentido. Foi a opção mais coerente que encontraram para se integrarem às manifestações do Ano Internacional da Mulher, instituído pela Organização das Nações Unidas.

A princípio timidamente, os contatos tomaram um largo caminho, aberto a adesões em vários Estados do país. A iniciativa concretizou-se através de um Manifesto, onde são recolhidas assinaturas de mulheres, apenas, que passam a assumir "suas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional". É o que diz o documento, já multiplicado em várias cópias, e acrescente:

"Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos ao destino da nação, que só cumprirá a sua finalidade de Paz se for concedida a Anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando, o apoio de todos quantos se indentificarem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a unidade da nação"

## ORGANIZAÇÃO

O próprio movimento explica suas origens: "Um grupo representativo de mulheres profissionais liberais, universitárias, mães de família e trabalhadoras, resolveram comemorar — da forma mais positiva isto e, trabalhando — o Ano Internacional da Mulher". Tudo começou com forte idealismo, um muito querer, em bases de improvisação"

A seguir, "criou forças por si próprio", quando surgiu a necessidade de uma Comissão Organizadora que coordenasse os trabalhos. Nessa fase, foi eleita como coordenadora e Relações Públicas, a sra. Therezinha Godoy Zerbini. A tarefa principal do movimento é, agora, contatar mulheres, organizações e entidades que se identifiquem com a idéia, o que significa a divulgação do Manifesto da Mulher Brasileira, multiplicado em listas, cada uma sob a responsabilidade de uma mulher.

Uma das organizações sensíveis à idéia, mesmo porque a vem levantando, é a Igreja, contatada pelo movimento. Há algum tempo que o cardeal arcebispo de São Paulo fala sobre o problema. Na "homília" da Semana Santa, ele reservava para as solenidades da sexta-feira da Paixão um pedido especial unido ao apelo à participação comunitária na solução dos problemas gerais.

"É o momento de nos unirmos ao pedido do papa VI e dos bispos do Sínodo em favor de uma anistia generosa para os presos políticos em

nossa terra, por ocasião deste Ano Santo".

## REVISÃO GERAL

O cardeal explicitava, em entrevista concedida à imprensa na ocasião, qual o tipo de anistia reivindicado:

"A Igreja pede revisão de todos os processos porque em nenhum país democrático ninguém nunca foi preso por causa de suas idéias".

Acrescentava que quanto aos atos praticados contra a comunidade, não se justificava a prisão sem mandado judicial. Nesse sentido enfatizava a necessidade de "anistia ampla e generosa para os presos perseguidos, exilados e banidos por motivos políticos ou ideológicos. Julgamento público de todos os acusados, de terem praticado crimes, por exemplo contra a vida ou a propriedade, garantindo-lhes a proteção legal da defesa".

## UNIÃO

A Igreja não foi a única a manifestar-se a favor da anistia. Parlamentares também se integraram ao apelo. A começar pelo presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Ulisses Guimarães, que a caracterizava como "a maneira mais direta e coerente de se alcançar o desejado desarmamento geral dos espíritos e o congraçamento da família brasileira". Conforme declarou, em fevereiro deste ano:

"O MDB incluiu no seu programa item determinando à agremiação



lutar pela anistia, e entendemos que, aqueles que já cumpriram suas penas pelo prazo de 10 anos não podem continuar punidos eternamente”.

Referia-se aos cassados depois de primeiro de março de 1974, através dos atos institucionais, e não diretamente aos presos políticos. No mesmo sentido, para o secretário-geral do MDB, Thales Ramalho, que assinalava ter o governo elementos essenciais para promover a anistia, prevista na Constituição (artigo 149, parágrafo 3). Mas o texto constitucional ressalva que sua instituição depende de lei complementar dispendo “sobre as especificações dos direitos políticos, o gozo, o exercício, a perda ou suspensão de todos ou de qualquer deles e os casos e as condições de sua requisição”.

#### COM BASE NOS ATOS

A lembrança da anistia não se restringiu ao âmbito emedebista. Em fevereiro passado, o deputado Vasco Amaro (Arena-RS) defendeu-a na Câmara, pedindo a revisão das punições aplicadas com base nos atos institucionais.

Na abertura dos trabalhos do Congresso — a 3 de março — surgiu o primeiro projeto amplo de anistia, embora seja assunto de competência exclusiva do presidente da República, pelo artigo 57, parágrafo único, alínea IV, da Constituição. Não falava apenas dos cassados e foi apresentado à Mesa pelo deputado Florim Coutinho (MDB-GB), general de reserva. Ressalve-se que não contou com o apoio oficial do partido oposicionista e foi considerado inconstitucional, embora a Mesa o tenha aceito.

#### EXEMPLO DE CAXIAS

Em sua exposição de motivos, o deputado citou Rui Barbosa em defesa da anistia aos rebeldes pernambucanos de 1848, e a consequência do favor concedido: “A salutar providência fez regressar a ordem legal, o sossego público e a tranquilidade individual, para renomear e recomeçar o trabalho civilizador”.

Também foi lembrada a atividade do patrono do Exército, o duque de Caxias, quando justificava a anistia concedida aos envolvidos no incidente dos bispos de Olinda e Recife. Assinalava ser “o meio mais profícuo para o resguardo do bem do Estado”.

Estas manifestações animaram as organizações e organizadoras do Manifesto da Mulher Brasileira, que pretendem colher assinaturas até o próximo dia 15 de julho. Até o fim desse mês recolherão as listas, contando adesões e preparando um documento a ser encaminhado aos líderes do Congresso, no início dos trabalhos parlamentares.